



LINGUAGENS DO TEXTO E DO DISCURSO

Elisa Guimarães*

Resumo – Este ensaio tem como objetivo um confronto entre recursos textuais e estratégias discursivas, a fim de examinar possíveis interconexões no processo organizacional do texto e no processo interacional do discurso. Exploram-se recursos de natureza linguístico-discursiva, expressos em diferentes níveis de linguagem, sobre os quais se assentam esses processos alicerçados em propostas da linguística textual e da análise do discurso. Conclui-se não ser possível considerar plenamente a noção de texto se não se concebe uma perspectiva contextual discursiva.

Palavras-chave: linguagem, texto, discurso, processo organizacional, processo interacional.

Textual and discursive languages

Abstract – This essay has as its objective a confront between textual resources and discursive strategies, in order to investigate possible interconnections in the organizational process of the text and in the inter-rational process of the discourse. It is explored resources of linguistic-discursive expressed at different levels of language, about which are settled these processes founded in proposals of the Textual Linguistic and of the Discourse Analysis. It's concluded not be possible plenary consider the notion of text if a discursive contextual perspective is not conceived.

Keywords: language, text, discourse, organizational process, inter-rational process.

O título que rotula este ensaio implica uma abordagem da linguagem ligada a recursos linguísticos e a condições discursivas, presidindo a construção da textualidade e da discursividade e, em decorrência disso, a produção de sentidos.

As ideias em torno desse eixo desenvolver-se-ão enquanto distribuídas entre as seguintes etapas:

1. Texto: sentido e implicações.
2. Discurso: sentido e desdobramentos.
3. Texto e discurso: uma necessária articulação.
4. Reatando os princípios: a jeito de conclusão.

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e professora titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

TEXTO: SENTIDO E IMPLICAÇÕES

Desde a década de 1960, investigações da linguística textual revalorizaram as questões atinentes à existência de uma unidade linguística superior à frase, designada por texto, em uma tentativa de conceitualizar um nível de análise irredutível, do ponto de vista semântico, a uma mera concatenação de frases.

Passou-se, pois, a salientar o fato de que muitos fenômenos da comunicação verbal não podem ser explicados ou autorizados apenas por uma gramática de frase. Manifestações como a correferência, a pronominalização e os movimentos anafóricos e catafóricos de pronomes ou de advérbios pronominais (as pró-formas), bem como a definitivização (escolha não aleatória de artigos definidos ou indefinidos), a ordem dos sintagmas nos enunciados, a dicotomia tópico/comentário das frases, as relações de subordinação ou coordenação entre frases não ligadas por conjunções e em períodos diferentes dos enunciados, e muitas outras manifestações, só podem ser explicadas por meio de uma gramática textual.

Ocupando a forma mais elevada na hierarquia das unidades da linguagem – fonema, morfema, lexema, frase, texto –, o texto é concebido como a realização da comunicação social que integra os parceiros da comunicação, com todos os seus horizontes de experiência e de expectativa, no processo de recepção e produção de texto.

A linguagem do texto, ligada ao conhecimento linguístico, fundamenta-se no que se sabe acerca da língua; compõe-se de diferentes elementos que correspondem aos níveis distintos da descrição linguística:

- A. Conhecimento fonético-fonológico para reconhecer e reproduzir os sons característicos da língua (fonologia).
- B. Conhecimento morfemático para combinar os sons em sequências significativas mínimas ou morfemas e unir esses morfemas para firmar palavras (morfologia).
- C. Conhecimento lexical, em combinação com a capacidade morfossintática, para formar as palavras e reuni-las em orações (sintaxe).
- D. Conhecimento acerca da formulação de orações e textos para reconhecer e entender os significados (semântica).

Tem-se, pois, uma linguagem que confere ao texto a marca de um feixe de conexões. Aliam-se, nesse processo de conexão, recursos de natureza vária, que, bem sintonizados, desenham a superfície do texto. Trata-se de relações dinâmicas que constroem relações que se corporificam nos mecanismos seguintes:

1. No texto, à luz da construção da linguagem e da organização da estrutura textual.
2. No contexto, que, próximo ou longínquo, interno ou externo, refere-se ao jogo das implicações não formuladas, pois um texto acumula sobre cada enunciado, em um dado momento

de seu desenvolvimento, uma seleção das informações que o precederam ou que a ele se seguiram.

3. No intertexto, que aponta para o jogo das transferências implícitas ou explícitas de texto para texto.

Da conexão coesiva e coerente desses recursos resulta o sentido ou os sentidos a serem apreendidos. Assim, concebe-se o texto na totalidade de suas dimensões significativas e passa-se a analisar a língua não como um conjunto de aspectos eminentemente gramaticais, mas como um processo integral.

Esses mesmos recursos ou essas mesmas relações tornam possível a visão do texto em sua dupla natureza de atividade e objeto – atividade comunicativa e atividade cognitiva –; ao mesmo tempo, objeto sobre o qual se podem sistematizar e categorizar os recursos linguísticos.

Para um entendimento exato da linguagem própria do texto, faz-se necessário lembrar que o texto, por ser “o produto de um ato de comunicação” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 639), não pode ser interpretado fora da situação comunicativa.

Para Charaudeau e Maingueneau, (2004), o texto representa o resultado material do ato de comunicação, refletindo as escolhas conscientes ou inconscientes do sujeito falante em relação às categorias da língua e aos modos de organização do discurso, em função das restrições impostas pela situação comunicativa.

Lembre-se, ainda, de que a comunicação vai além de uma mera aplicação da competência linguística, pois, em um conhecimento comunicativo, o falante não somente faz uso de seu conhecimento sistemático da língua, como também de sua competência geral acerca do âmbito em que se insere e se realiza a língua, à qual pertencem não só fatores puramente linguísticos, mas também elementos que contribuem para a comunicação.

Para que se efetive a comunicação, faz-se, então, necessário que se registrem componentes centrados nos participantes (quem), na intenção (para que), na situação (onde, quando) do processo enunciativo.

É, por conseguinte, de suma importância que, nos processos constituintes da organização do texto, dê-se especial relevância à maneira como se integram, estruturam-se, combinam-se e desenvolvem-se no texto os elementos que garantem a coesão e a coerência discursiva.

A percepção desses mecanismos acaba por inspirar certa disciplina mental da abordagem – fato do qual decorre a transformação do leitor em leitor ativo, ou seja, capaz de julgar o texto, de relacioná-lo, de analisá-lo adequadamente.

Do exposto até aqui, torna-se válido aceitar que a manipulação da linguagem do texto significa interrogá-lo em suas virtualidades – interrogação que descreve um círculo, incluindo leitura, confronto, síntese crítica e ponto de partida para a produção de um novo texto.

Para esse exercício, efetiva-se o estudo da linguagem do texto sob diversas perspectivas, destacando duas maneiras de fazê-lo:

1. Considerando a linguagem como um sistema de significação cujos elementos se definem pelas relações que mantêm entre si.
2. Considerando o exercício da linguagem como uma ação, à maneira de tantas outras, cuja significação depende não só das relações estruturais entre seus elementos constitutivos, mas também dos interlocutores implicados.

DISCURSO: SENTIDO E DESDOBRAMENTOS

Concebe-se o discurso sob duas modalidades: como evento e como significação.

Discurso como evento é a expressão entendida como o momento em que a língua é atualizada por um sujeito, perspectivada, portanto, como ato de fala.

Discurso como significação é algo durável e passível de compreensão. Apesar do acontecimento no tempo, fugaz e evanescente, o discurso supera essa dimensão, pois se torna duradouro por sua dimensão significativa.

Por discurso é possível entender ainda o que a linguística textual chama de superfície discursiva, que corresponde ao conjunto de enunciados realizados, produzidos a partir de certa posição do sujeito em uma estrutura social.

Um sujeito, ao enunciar, presume uma espécie de ritual social da linguagem, implícito, partilhado pelos interlocutores. Falando com alunos, por exemplo, o professor coloca-se em uma posição diferenciada da posição dos alunos, contribuindo, assim, para reproduzir sentidos ligados à instituição escolar.

Na instituição escolar, qualquer enunciado produzido por um professor é colocado em um contrato que lhe credita o lugar de detentor do saber. O contrato de fala que o liga ao aluno não lhe permite ser não possuidor do saber; ele é antecipadamente legitimado (CHARAUDEAU, 1983, p. 55).

Desse fato pode-se deduzir que, no processo discursivo, o sentido não existe em si, mas é determinado por posições ideológicas colocadas no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. O caráter histórico do discurso torna-se revelador das concepções de um grupo social em uma determinada época.

Nesse complexo é que se realiza o discurso, definido, pois, como uma entidade histórica (ideológica) que se elabora socialmente, por meio de sua materialidade específica, que é a língua manifestada no texto. É próprio do discurso privilegiar a natureza funcional e interativa, e não o aspecto formal e estrutural da língua – o que é característica do texto.

Frise-se a concepção de discurso como uma forma de interação, ou seja, como um evento comunicativo, que é, por sua vez, encaixado em estruturas sociais, políticas ou culturais mais abrangentes. Daí considerar o discurso como efeito de sentido construído no processo de interlocução, como parte do funcionamento social.

Não é, portanto, descabido definir o discurso como uma prática. Para se encontrar sua regularidade, não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção – fato do qual decorre a necessidade de ser objeto de sua análise a língua em uso.

Observe-se que a nossos discursos em geral somam-se outras vozes, quando nos exprimimos, por exemplo, por meio de uma expressão cristalizada na sociedade: "Casa de ferreiro, espeto de pau"; "É de pequenino que se torce o pepino" – o provérbio refletindo a "sabedoria popular" pela qual nos deixamos contagiar.

As aspas que usamos frequentemente têm a função de esclarecer que estamos nos permitindo repetir o que disse o outro.

Verifica-se, assim, uma atuação inegável de nossa memória textual sobre os discursos que pronunciamos – estes mergulhados nas águas da história. É o mesmo que dizer: uma espécie de memória coletiva é fator interveniente nas manifestações ideológicas e linguísticas do enunciador.

Conforme os campos do conhecimento aos quais se associa, o discurso diversifica-se como produção verbal de:

- uma área da ciência: o discurso da pedagogia, o da arquitetura, o da matemática;
- um âmbito da produção: o discurso empresarial, o financeiro, o agrícola;
- uma associação: o discurso dos sindicatos, o dos pais e mestres, o dos sócios da Apae;
- uma estética literária: o discurso do classicismo, o do surrealismo, o do pós-modernismo;
- meios de comunicação: o discurso da imprensa, o do rádio, o da televisão;
- sistemas de governo: o discurso da monarquia, o da democracia, o do parlamentarismo;
- posições políticas: o discurso do fascismo, o do comunismo, o do neoliberalismo;
- seitas religiosas: o discurso do protestantismo, o do budismo, o do catolicismo;
- membros de uma classe social: o discurso das elites, o dos operários, o dos professores;
- um período histórico: da Idade antiga, da Idade Média, do modernismo.

Em toda essa diversidade, faz-se necessário aceder ao esquema construtor do discurso, à captação do todo unificado que constitui o discurso, princípio dinâmico que rege o conjunto. Afinal, é preciso apreender o nível profundo de estruturação do texto, que está na mensagem transmitida pelo discurso.

O discurso é, na verdade, um processo interacional entre sujeitos situados social e historicamente. Essa parece ser a definição mais exata de discurso.

Na sala de aula, por exemplo, o professor interage com os alunos – essa interação propicia o alcance dos efeitos de uma tríplice natureza do discurso: o discurso como ação, o discurso como efeito de sentidos, o discurso como acontecimento.

No acontecimento particularmente variável, que é a aula, o professor – sujeito do discurso – realiza, em um ato perlocutivo da fala, operações de natureza linguística, cujos efeitos de sentido passam a fazer parte dos saberes dos alunos.

O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos e materializa-se sob a forma de texto, por meio do qual se pode entender o funcionamento do discurso. A linguagem, como discurso, é interação – um modo de produção social.

A afirmativa de Benveniste (1976, p. 53) – “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” – é uma afirmativa que faz do discurso o horizonte da língua.

Analisa-se, pois, a língua não como um conjunto de aspectos eminentemente gramaticais, mas como um processo textual/discursivo integral.

Há, no discurso, uma maneira de dizer específica, como postula Maingueneau (1997, p. 38): “Um conjunto de categorias semânticas rege todos os planos discursivos: o vocabulário, os temas tratados, os modos de coesão, o estatuto dos participantes da enunciação, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação, ou seja, uma maneira de dizer específica”.

Nessa maneira específica de dizer, surpreende-se no discurso a subjetividade da linguagem.

A linguagem é subjetiva, uma vez que é expressa por sujeitos dominados por intenções e propósitos definidos, que se exprimem com o intuito de convencer o outro e chegar a determinadas conclusões.

No discurso político, por exemplo, evidencia-se a maneira como o candidato se utiliza da linguagem na projeção de sujeito explícito dos enunciados e, ao mesmo tempo, sujeito coletivo da enunciação – uma duplicidade extremamente significativa na maneira como o candidato se apresenta.

A linguagem e sua utilização no contexto eleitoral é recurso valioso de argumentação. As qualidades positivas do candidato mostram-se por suas ações referenciadas por meio do discurso. Alcança-se, assim, o convencimento do eleitor pela força da interação candidato/eleitor, por meio do discurso – efeito que se dá, no caso, pela linguagem.

O discurso carregará sempre algumas significações específicas na estrutura social, visto que o sujeito está imerso nessa estrutura, produzindo e reproduzindo não só as relações sociais, mas ainda as relações de poder e a dinâmica de um grupo sobre o outro.

Vislumbra-se no discurso político uma dupla prática de subjetivação: a do político, que se domina para dominar, e a do eleitorado, a quem se intenta delimitar uma dada conduta.

Nessa dupla subjetivação, situa-se o discurso como espaço de circulação de sentidos e como instrumento das relações sociais entendidas, notadamente, no discurso político, como relações de poder.

É fundamentalmente apelativa a linguagem do político. Regra geral: destina-se ao encantamento do auditório eleitoral. É, pois, uma linguagem programada para dominar e seduzir os cidadãos – uma linguagem para a captação de prosélitos, portanto basicamente retórica. Nessa base, constrói-se a dinâmica da linguagem política, com todas as suas especiais características.

Os dois interactuantes do discurso político – orador e auditório – compartilham o contexto de maneira muito especial e bem definida, pois o orador aspira ao poder da governança; o auditório é o juiz, que, com o voto, ratifica o cumprimento das aspirações do orador.

A relação entre língua/linguagem e discurso complementa a noção, já apontada por Pêcheux (1990), de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ou seja, o sujeito manifesta, por meio do discurso, suas ideologias constituídas no tempo histórico e no espaço social onde se insere.

Dessa mesma relação língua/linguagem e discurso, concebe-se o discurso como processo, e não como produto fechado e isolado, dissociado de um contexto sócio-histórico e cultural.

A palavra é sempre dialógica. Em um diálogo, pode adotar, e de fato adota, significados diferentes. O significado é inseparável de um contexto da enunciação que se compõe da situação social imediata e de um meio social mais amplo – o horizonte social, as crenças, os valores – do grupo e da época.

A linguagem, pois, só faz sentido porque se inscreve na história. Portanto, a produção da linguagem, no discurso, é um ato guiado por sujeitos que se constituem em variados papéis sociais, a partir de também variadas situações comunicativas.

Essa questão ganha amplitude em Bakhtin (2004). Na perspectiva desse filósofo da linguagem, o autor expõe as relações entre linguagem e sociedade como consequência das estruturas sociais; enfatiza o fato de a linguagem ser condicionada à ideologia.

Concebe-se a ideologia como um fato cuja natureza congrega indivíduos em torno de determinadas crenças, de determinados propósitos ou ideais.

Tomemos como exemplo o regimento interno de uma universidade, representando um paradigma de comportamento para seus professores e alunos – a "corporalidade" –, que são parte do grupo de adeptos deste discurso – o "corpo". O grupo "incorpora" os valores e as crenças do discurso.

Daí poder-se falar também em ideologia configurada em diversos tipos – ideologia burguesa, ideologia liberal, ideologia fascista etc.

No entanto, o ideológico de cada discurso é apenas uma pequena parte do que se chama ideologia ou formação ideológica.

A ideologia instaura-se na sociedade principalmente pela língua, da qual o sujeito se apropria para comunicar-se, fazer-se entender – fato que justifica a definição de discurso como ponto de articulação dos processos dialógicos e dos fenômenos linguísticos. Na relação mundo/linguagem, entra como condição essencial a ideologia.

Em seus vários tipos – ideologia comunista, ideologia fascista, ideologia tradicional, ideologia conservadora, ideologia socialista, ideologia cristã etc. –, a ideologia tem uma grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas, enquanto espelha uma visão de mundo, uma diversidade de valores ou, melhor ainda, um juízo de valor sobre esta ou aquela situação. Define-se, portanto, como expressão de uma tomada de posição determinada, configurando-se, por isso, como condição essencial na relação mundo/linguagem.

Pensemos, para melhor exemplificar o sentido da ideologia na constituição do discurso, na submissão do ensino de língua portuguesa a um sistema educativo que determina sua finalidade de acordo com interesses ideológicos e propósitos políticos da elite que detém o poder – a ideologia legitimando, portanto, o domínio do poder governante.

Assiste-se, assim, ao deslocamento de uma posição normativa para uma acepção mais dinâmica da linguagem. Para uma prática pedagógica transformadora, não basta que o professor de língua portuguesa tenha domínio de todas as possibilidades de manifestação da linguagem, conheça as novas teorias linguísticas e saiba utilizar metodologias de ensino atualizadas, o professor deve, antes, ser capaz de reconhecer a ideologia subjacente nos documentos públicos relativos ao ensino de língua portuguesa, bem como naqueles que dizem respeito às concepções de linguagem.

As considerações desenvolvidas no item "Discurso: sentido e desdobramentos" levam a compreender o campo do discurso como um conjunto de estratégias que organizam e distribuem as condições enunciativas delimitadas pelo contexto histórico e social.

TEXTO E DISCURSO: UMA NECESSÁRIA ARTICULAÇÃO

É preciso lembrar que as ciências da linguagem distinguem texto e discurso. Nessa opção pela distinção, considera-se o texto como uma produção formal resultante de escolhas e articulações feitas por seu produtor – este amparado pelos recursos do sistema linguístico.

O discurso não é outra coisa senão esse mesmo texto que, no entanto, se discursiviza, na medida em que seu analista busca as intenções não explicitadas, ou seja, a ideologia que move o autor na elaboração do texto. Com efeito, a representação do discurso concretiza-se no composto textual – de onde considerar-se o texto como repositório da carga discursiva. Ou, ainda: os parâmetros linguístico-discursivos situam o texto no plano da história, enquanto ajustado às condições necessárias à produção do discurso.

Tem-se, pois, na fusão texto/discurso, uma forma linguístico-histórica, já que a abordagem da análise do discurso conjuga a língua com a história. Só se apreende bem o discurso vazado no texto quando se percebem determinadas virtualidades textuais, em determinadas épocas – o que dá historicidade ao ato de ler.

Em relação à situação discursiva, o texto constitui-se como unidade de sentido. Corroborar essa ideia a definição de Bernárdez (1995, p. 73): "O texto é a unidade de conexão dos discursos; a unidade linguística em que os discursos aparecem conectados entre si. Não há propriamente discurso sem que constitua parte de um texto".

De fato, é por meio da manifestação linguística vazada no texto que se poderá buscar o discurso e suas significações, entender como o discurso se engendra em um processo mais amplo, determinado por questões históricas, sociais, culturais e ideológicas. Nesse sentido, o discurso é linguagem em ação, revelando a própria prática que interpela os indivíduos historicamente determinados.

Não se nega, pois, um conjunto de fatores históricos, reais ou convencionais em que o próprio texto se integra. Ou, ainda: cada texto é compreensível apenas a partir de um contexto, do qual ele foi retirado e para o qual é reenviado.

Nos estudos voltados para os fenômenos que ultrapassam os limites da frase, há uma diversidade de posicionamentos no que diz respeito às relações texto/discurso; alguns apontando para os limites existentes entre as duas entidades; outros assimilando as convergências que fazem da sintonização texto/discurso uma unidade linguístico-social.

A análise da convergência leva a considerar que texto e discurso constituem uma mesma materialidade linguística, ou seja, um mesmo conjunto de palavras e ideias organizadas com coesão e coerência. A diferença entre texto e discurso não está na materialidade, mas nos traços com que o processo da enunciação marca a materialidade textual. O conjunto de palavras deixa, pois, de ser texto e se transfigura em discurso, quando o leitor ou o ouvinte focaliza o objetivo de suas intenções. Desse modo, a análise do discurso inicia-se com a análise do texto.

Apreende-se, então, o texto como repositório do discurso, não existindo o sentido sem a forma que o materializa.

O discurso privilegia a natureza funcional e interativa, e não o aspecto formal e estrutural da língua. Não é um simples somatório de frases, mas um todo, semanticamente organizável, no plano da ação que o caracteriza e dos efeitos que provoca.

Nessa perspectiva, tem-se o discurso como um enunciado caracterizável por propriedades textuais, mas, sobretudo, pelos dados contextuais de um ato de discurso cumprido em uma determinada situação. Nela, empresta-se relevância aos participantes do acontecimento discursivo, bem como à instituição da qual eles fazem parte e ao lugar e ao tempo em que se situam.

Observa-se, ainda, na harmonização texto/discurso, que as relações de poder e dominação estão inscritas no texto e são dinamizadas na dimensão discursiva.

Como separar a dimensão social do textual e, principalmente, discursiva? A dimensão do discurso é considerada como mediadora entre o estritamente linguístico e o estritamente sociológico, não existindo, em estado puro, nem o linguístico, nem o social.

A dimensão textual representa-se implicitamente, se a compreendemos como uma sequência que, antes fechada, torna-se aberta pelo mecanismo de produção do discurso. O texto transfigura-se, pois, em discurso. Na perspectiva do discurso, o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade.

Lembre-se, ainda: enquanto o discurso é limitado por coerções sociais, a liberdade de textualizar é grande. Em termos práticos, esse fato pode se configurar no seguinte exemplo: não se pode dizer qualquer coisa de qualquer modo para qualquer pessoa.

Do exposto até este ponto, é possível inferir que não há fronteira real que separe a textualidade da contextualidade, como fenômenos socialmente excludentes. Não há texto que não esteja contextualmente inserido, nem contexto que não encapsule textos. Porém, o grau de inserção e de encapsulamento é variável, e a interpretação por parte do sujeito pode adotar um ponto de vista graduado implícita ou explicitamente.

A atividade interpretativa é principalmente textual como atividade produtiva, porém contextual enquanto o produzido é um método de orientação do sujeito da atividade textual em um universo

circundante. Uma análise interpretativa não pode, por conseguinte, prescindir das significações que emanam tanto da organização textual quanto da interação discursiva – todas elas convergentes para o sentido global do texto/discurso.

REATANDO OS PRINCÍPIOS: A JEITO DE CONCLUSÃO

Ainda que se prestem a abordagens diferentes, texto e discurso estão implicados. Assim, registra-se a possibilidade de ver, entre os dois níveis, não um processo dicotômico, mas uma engrenagem de intersecção.

Texto e discurso apresentam uma organização hierárquica, mas seus constituintes estão submetidos a princípios de combinações diferentes. A linguagem do texto é resultante da interação entre o significado e a materialidade do significante. Acrescenta-se a essa interação a relação estabelecida com outros textos no processo da intertextualidade. A linguagem do discurso é resultante do contexto, do universo de saberes e crenças dos interlocutores.

A integração dos conhecimentos prévios com os significados expressos no texto explica a variedade de possíveis interpretações dadas a um mesmo texto – variedade limitada pelo conhecimento linguístico e extralinguístico utilizado pelo autor e apontado pelo leitor.

Discurso não é apenas um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico e, como tal, não acontece no vazio; relaciona-se com outros discursos, no processo da interdiscursividade.

As relações de poder e dominação estão inseridas no texto e são dinamizadas na dimensão discursiva. É subordinada à dimensão discursiva que a dimensão textual realiza a dinamização das categorias linguísticas.

A perspectiva discursiva do texto obriga, pois, a observar a intervenção das forças sociais nas transformações linguísticas. Assim, passa-se a compreender o campo do discurso como um conjunto de estratégias e regras que apontam para possibilidades enunciativas, isto é, para determinadas circunstâncias delimitadas pelo contexto histórico e social.

Noções como "ideologia" ou "concepção do mundo" revelam a interpenetração mútua do texto e do contextual, do texto e do discurso.

O constitutivo do texto não é a "forma", nem o "estilo", mas o mecanismo em que se baseia sua coerência interna como estrutura discursiva específica.

Sintetizando ainda mais: considera-se o discurso como a materialização das formações ideológicas, sendo por isso determinado por elas. O texto, por sua vez, é considerado como o lugar de manifestação consciente, em que se organizam mais adequadamente, de acordo com a situação contextualizadora do discurso, os elementos de expressão que estão à disposição para veicular o discurso.

As estruturas textuais determinam as diferentes funções pragmáticas, cognoscitivas e sociais do discurso e dependem delas. O contexto social do discurso determinará seu papel. Os contextos so-

ciais do discurso variam culturalmente, porque as categorias, as instituições e as convenções que determinam o tipo do discurso e suas estruturas variam de cultura a cultura.

A análise rigorosa da estruturação interna do texto – em uma perspectiva que é a da gramática de texto – leva em conta:

- O recorte discursivo – expressão que designa a relação do texto com um gênero ou com um tipo de discurso.
- Os encadeamentos discursivos, ou seja, a retomada anafórica das formas e dos esquemas discursivos.

Vê-se no texto um processo eminentemente organizacional; no discurso, um processo eminentemente interacional. Tem-se, no texto, uma linguagem que lhe demarca uma estrutura física; no discurso, uma linguagem que lhe traça uma estrutura significativa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

BERNÁRDEZ, E. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Cátedra, 1995.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.